



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL (PA)

Bruna Oliveira Lopes
Patrícia Menezes dos Santos

RESUMO

Este trabalho é um artigo feito a partir do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual teve o objetivo de analisar a presença da articulação intersetorial entre as secretarias do município de Castanhal (PA), através de documentos dos projetos/programas destinados especificamente para o segmento idoso. Verificamos também de que forma a Educação Física é tratada nessas ações. Ao término da pesquisa concluímos que as políticas públicas voltadas ao segmento em questão são insuficientes e enfatizam os aspectos biológicos e, que a Educação Física é utilizada de forma utilitarista, clientelista e assistencialista. E, no que diz respeito à presença da intersetorialidade, não encontramos nenhum indício de tal política nas ações direcionadas ao idoso no município pesquisado.

Palavras chave: políticas públicas, intersetorialidade, segmento idoso

ABSTRACT

The present study consists of an article made from our work Completion of course (CBT), which aimed to analyze the presence of intersectoral coordination between the secretariats of the municipality of Castlereagh (PA) through the documents projects / programs designed specifically for the elderly segment. I also noticed how physical education is treated in such actions. At the end of the study concluded that public policies focused on the segment in question are inadequate and emphasize the biological aspects, and that physical education is used in a utilitarian, paternalistic and patronizing. And, with regard to the presence of intersectoral cooperation, we found no evidence of such policy actions directed at the elderly in the county searched.

Keywords: public policy, intersectoral, elderly segment

RESUMEN

El presente estudio consiste en un artículo de nuestro trabajo Fin de curso (TCC), que tuvo como objetivo analizar la presencia de la coordinación intersectorial entre las secretarías del municipio de Castlereagh (PA) a través de los documentos proyectos y programas diseñados específicamente para el segmento de edad avanzada. También me di cuenta cómo la educación física se trata en estas acciones. Al final del estudio concluyó que las políticas públicas enfocadas en el segmento en cuestión no son suficientes y hacen hincapié en los aspectos biológicos, y que la educación física se utiliza en un



utilitario, paternalista y condescendiente. Y, con respecto a la presencia de la cooperación intersectorial, no se encontraron pruebas de las acciones de dicha política dirigida a los ancianos en el condado buscado.

Palabras clave: Política pública, segmento intersectorial, ancianos

INTRODUÇÃO

Dada a crescente importância do segmento idoso na sociedade, percebemos a urgência do desenvolvimento de ações específicas, as quais devem considerar todas as suas necessidades (BENEDETTI, 2007; CARVALHO & WONG, 2006; PRATA, 1992; UCHÔA, 2003; VERAS, 2007). A preocupação com o assunto levou o Estado brasileiro a criar algumas leis descritas na Constituição de 1988, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742/93, e a Política Nacional do Idoso, Lei 8.842/94, as quais foram marcos expressivos na tentativa de garantir e assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Na continuidade do processo em 2003 foi criado Estatuto do Idoso, que ampliou elementos aos já existentes e incorporou novo como o direito à vida; à liberdade, ao respeito e à dignidade; ao alimento; à saúde; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer entre outros (BRASIL. Lei No 8.842, Política Nacional do Idoso, 1994; BRASIL. Lei N°10.741, Estatuto do Idoso, 2003; MINISTÉRIO DA SAÚDE, Portaria N° 2.528, 2006; MINISTÉRIO DA SAÚDE, Portaria N° 399/GM, 2006).

Porém, mesmo com a aprovação dessas leis e a criação do Estatuto, o idoso está longe de usufruir todos os seus direitos devido a uma série de questões. Uma delas é a negação do processo de envelhecimento em sua plenitude, pois o referido processo é tratado a partir de uma visão restrita a partir da visão epidemiológica (aparecimento doenças crônicas degenerativas) ou de previdência social (a aposentadoria desse grande contingente poderia provocar uma enorme crise econômica no país), ignorando-se demais aspectos.

Na verdade o que se verifica é uma visão reducionista do envelhecimento e, a partir da ideia de perda (perdas de papéis sociais, perda de capacidades intelectuais etc.). Com base nestes aspectos desenvolvem os projetos e programas voltados ao idoso, os quais são pensados também de forma reducionista (CORIN *apud* UCHÔA, 2003). Quando se considera apenas as perdas físicas, por exemplo, se desenvolvem projetos e programas de atividades voltadas para o seu “bem estar físico”. Fato que fraciona as ações e cada setor trabalha separadamente sem que haja a troca de experiências nem articulação entre essas ações, aspectos existentes nas políticas intersectoriais (MENDES & WESTPHAL, 2000). Isso tudo acaba prejudicando a eficiência das políticas direcionadas a população, em especial ao segmento em questão.

Nesse caso, conforme Mendes e Westphal (2000) é preciso desenvolver políticas públicas específicas, intersectoriais e integradas (integração das esferas públicas com as organizações da sociedade civil) que tratem do envelhecimento como algo complexo, considerando seus aspectos biopsicossociais. Segundo Inojosa (1998) deve haver o planejamento geral das ações dessas políticas, ou seja, a intersectorialidade, através da qual há articulação dos planos e o compartilhamento das informações para alcançar integralmente os resultados esperados. Essa articulação, entretanto, não é fácil de acontecer, pois exige a criação de estratégias de grupo bastante organizadas, em que o Estado, organizações da sociedade civil (como as ONGS – organizações não governamentais) trabalhem juntas (MENDES & WESTPHAL, 2000).



Um dos pontos cruciais nesse caso é fazer com as áreas de conhecimento totalmente diversas (saúde pública, educação, ciências ambientais, sociologia, antropologia geociências e outras) e os cientistas, professores e os gestores públicos tentem superar a visão fragmentada dos problemas, focalizando seu olhar na qualidade de vida da população, analisando os fenômenos na sua interligação e interdependência com os demais e com o contexto no qual eles acontecem (idem, ibidem).

Defendemos a compreensão de tal processo em sua complexidade como forma de contribuição para o desenvolvimento de ações eficazes para o referido segmento. Acreditamos que a política intersetorial, que consiste na articulação de ações, programas/ projetos baseadas na visão global das coisas, percebe o envelhecimento em sua complexidade, portanto, considera suas necessidades em sua plenitude, de acordo com Aguiar e Mota (2007) e Inojosa (2001). Nos próximos parágrafos falaremos um pouco mais sobre as políticas públicas para o idoso, enfatizado a relevância da intersetorialidade no seu processo de criação, desenvolvimento e avaliação.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO

Intersetorialidade e a Política do Idoso

Antes de iniciarmos a discussão sobre a política intersetorial voltada ao segmento idoso, faz-se necessário analisar a forma tradicional com que os problemas sociais continuam sendo tratados, que é de forma isolada e sob a ótica do “paradigma da disjunção” de Edgar Morin (1987), o qual consiste na visão fragmentada do conhecimento humano, herança do projeto iluminista/positivista, em detrimento da “teoria da complexidade” que consiste na visão mais globalizada e complexa das coisas.

Um exemplo dessa visão fragmentada é tratar da violência das cidades (problema social) apenas como um “problema de segurança pública” quando na verdade a solução para tal problema exige um estudo bem mais aprofundado, pois possui múltiplas causas. Nesse caso, são indicadas soluções parciais ou alienadas que não atingem as reais causas desses problemas, posto que as necessidades e expectativas das pessoas e dos grupos sociais referentes à qualidade de vida são integradas e por isso exigem também soluções integrais (AGUIAR & MOTA, 2007; INOJOSA, 2001).

Conforme Inojosa (2001) o próprio aparato governamental é também todo fatiado por conhecimentos, saberes, corporações entre outros. Além do mais, todas as estruturas, em todos os níveis de governo e a cada governo, a cada nova gestão, são novamente loteadas para os partidos e para os grupos de apoio. Desse modo, cada uma dessas fatias – que já é campo de uma dada corporação e de um grupo de interesses que extrapola a corporação setorial – passa por um novo loteamento políticopartidário. Todos os setores, como Educação, Obras, Saúde etc., são campos de interesse de fornecedores, de produtores, de corporações e de grupos políticopartidários, fatos que dificultam ou inviabilizam a eficácia das ações.

Alguns modelos governamentais seguem a teoria da complexidade e propõem a construção de políticas públicas interssetoriais ou transetoriais. De acordo com Inojosa (2001):

...definindo interssetorialidade ou transetorialidade como a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas. Trata-se, portanto, de buscar alcançar resultados integrados visando a um efeito sinérgico (INOJOSA, 2001, p.105).

Concordamos que a existência da articulação entre as políticas, programas e projetos é primordial na busca soluções integradas para as situações complexas que surgem na nossa sociedade, como é o caso do rápido envelhecimento populacional brasileiro que exige muitos estudos, no sentido de propor ações



eficazes que proporcionem melhores condições de vida aos idosos e aos que no futuro constituirão este segmento.

Segundo a referida autora existem quatro aspectos básicos para se trabalhar a partir de uma perspectiva intersetorial que são:

- a) mudança de paradigma que consiste em adotar uma nova postura ante os problemas sociais;
- b) construir um projeto político transformador que promova a transformação da sociedade e o desenvolvimento social através da redução das desigualdades econômicas;
- c) planejamento e avaliação participativos e com base regional, em que o plano faz parte de um processo permanente. Neste processo é determinante a participação de representantes dos segmentos populacionais (planejamento participativo);
- d) atuação em rede de compromisso social que significa trabalho em conjunto entre Estado e seus parceiros (as instituições, organizações e pessoas), os quais se articulam em torno da sociedade, programam e realizam ações integradas e articuladas, avaliam os resultados e, a partir deles, reorientam a ação.

A intersetorialidade nessa perspectiva tem como base um planejamento geral, em que o trabalho é organizado por equipes especializadas em planejamento, realização e avaliação de ações e serviços. A estrutura governamental, de acordo com a lógica intersetorial, supõe a articulação de planos e o compartilhamento de informações, o que permite a participação do cidadão, tanto no planejamento, assim como no desenvolvimento e por fim na avaliação das ações, além de considerá-lo na sua totalidade (INOJOSA, 1998).

Existem três formas de articulação intersetorial, para Inojosa (1999). Uma delas prevê que as secretarias e outros órgãos segmentados por áreas de conhecimento sejam substituídos por secretarias regionais com a missão de identificar os problemas de seu território geograficamente delimitado e planejar de forma integrada as ações para a melhoria de qualidade de vida da população de sua jurisdição.

A segunda forma seria realizar as mudanças de maneira gradual e processual. A intersetorialidade e seu funcionamento ocorrerão inicialmente através de uma nova organização matricial que gradualmente mudará a forma de organização do aparato administrativo. A administração transformará todas as propostas de governo em projetos estratégicos interssetoriais, sem, contudo, mudar a matriz setorial, os cargos e funções gratificadas, pois é imprescindível que os órgãos municipais (secretarias, departamentos, etc.) sejam preparados para esse tipo de funcionamento. Após essa preparação, os referidos órgãos se unirão em coordenações funcionais, órgãos de assessoramento e de ação social e, área de infraestrutura e estrutura urbana, para que no final de todo esse processo, trabalhem em conjunto, mas cada um em sua função específica (que deve ser mantida), na realização das ações seguindo a lógica intersetorial.

A terceira consiste na articulação dos setores em redes de parcerias entre Estado, ONGs e Sociedade Civil Organizada, na resolução de problemas prioritários de uma população que vive em determinado território. Esta é considerada a melhor forma de gestão intersetorial, pois se estende à população que participa com o poder de decisão da escolha dos problemas urgentes que devem ser sanados em sua comunidade. Outro ponto importante nessa forma de gestão são as parcerias com órgãos não governamentais como empresas, entidades filantrópicas, ONGs etc., pois com isso todos participam democraticamente de todas as etapas de planejamento, elaboração e avaliação dessas políticas.

Os pioneiros nesse tipo de gestão, de acordo com Mendes e Westphal (2000) são as experiências de “cidades saudáveis” em Fortaleza (CE) e em Curitiba (PR), sendo que cada uma delas adotou um modelo diferente de gestão intersetorial. Estas duas cidades representam respectivamente o primeiro e o segundo



exemplos citados acima. Em ambas houve bons resultados, especialmente em Curitiba onde havia a participação da população local nas decisões. Em Recife e Belém (esta na gestão de Edmilson Rodrigues¹) também experimentaram em seus governos a gestão participativa.

Essas experiências mostram que é possível construir uma gestão intersetorial e participativa, desde que sejam implantadas novas formas de gerenciamento dos setores através da descentralização das decisões, especialmente com a participação da comunidade. Caso houvesse esse tipo articulação entre os diferentes setores responsáveis pela elaboração de políticas específicas para cada segmento populacional, através do diálogo e da troca de experiências, entendemos que seriam dados passos significativos na busca pela solução de problemas complexos de nossa sociedade, como é a questão do desenvolvimento de políticas públicas para a pessoa idosa, e saídas mais eficazes e efetivas para as diversas exigências que surgem com o rápido envelhecimento populacional.

A eficácia e a efetividade são elementos importantes que devem estar presentes nos projetos sociais. A eficácia segundo Tavares (2006, p.205): “é a realização dos objetivos previstos”. Já a efetividade que conforme Correia (2008)... “é o pleno êxito de um projeto social” (p.100) acontece quando a comunidade, mesmo após o final de um projeto, reconhece a importância das suas atividades e, a partir disso, passa a lutar pela permanência delas, como o autor reforça. Neste caso, para alcançarem o patamar de efetividade às ações devem ser capazes de despertar nessa crescente parcela da população, a consciência de seus direitos e necessidades enquanto cidadãos, para que ela comece a lutar pela consolidação dos que já estão descritos nas leis criadas em seu favor, e, posteriormente, buscar novas conquistas.

A política intersetorial, nesse sentido, poderia contribuir no desenvolvimento de ações integradas e específicas a este segmento, por que tal política, conforme já foi discutido, possui uma visão integrada das necessidades do idoso. Por estas razões, ratificamos a importância da presença da intersetorialidade no desenvolvimento de ações direcionadas ao referido segmento, por que compreende o envelhecimento de forma global, ou seja, considera seus aspectos biopsicossociais, fatos que nos levam a crer que tal política têm mais chances de ser eficaz e efetiva.

METODOLOGIA

O presente estudo consistiu numa análise documental, através da análise dos conteúdos, dos projetos/programas desenvolvidos pela prefeitura de Castanhal (PA), através de suas secretarias, ao segmento idoso no município.

A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses levantadas. A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. Segundo Appolinário (2009) ela consiste em:

Conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados lingüísticos. [...] Normalmente, nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a um teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009, p.27).

¹ Destacamos a produção da Dissertação de Mestrado que abordou um elemento das políticas públicas de esporte e lazer desta gestão: MOREIRA, Fátima de Souza Políticas Públicas de Lazer em Belém: um estudo sobre a gestão coletiva implementada pelo poder público municipal, no período de 2001 a 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado); Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.



Assim, através da análise de conteúdo, que consiste em uma forma de interpretar o conteúdo de um texto, por meio de normas sistemáticas de extrair significados temáticos ou os significantes lexicais e dos elementos mais simples do texto, analisamos os documentos dos projetos e em seguida, fizemos uma verificação minuciosa de fragmentos, idéias e palavras, para que no final tirássemos nossas conclusões, as quais estão descritas a seguir.

ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PROJETOS VOLTADOS AO SEGMENTO IDOSO EM CASTANHAL (PA)

Em Castanhal² as ações direcionadas ao idoso são desenvolvidas através das secretarias do município (Fig.1) em suas respectivas áreas.

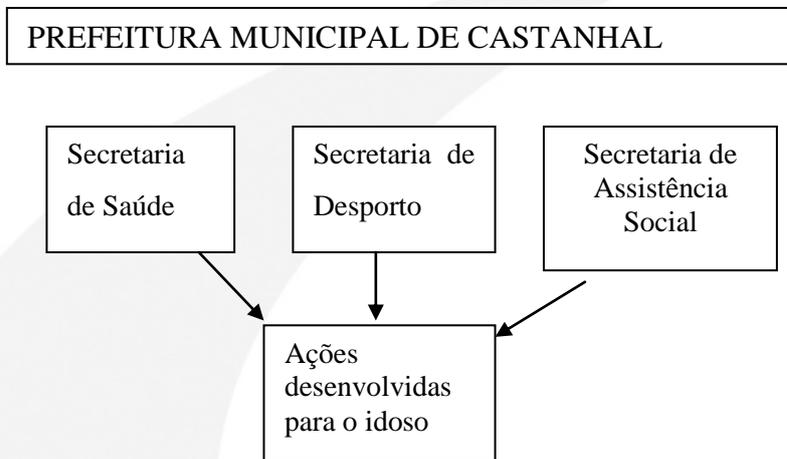


Fig.1: Organograma das secretarias que desenvolvem ações para o idoso em Castanhal (PA)

A Secretaria de Saúde desenvolve o projeto SADI – Serviço de Assistência Domiciliar do Idoso. Ele oferece diversos serviços de orientações gerais como: higiene íntima e banho diário, alimentação, medicação, vestuário, locomoção e assistência social, além de orientações acerca do controle de doenças crônicas degenerativas (hipertensão arterial, diabetes, osteoporose, Parkinson, Alzheimer, problemas respiratórios e outras) a moradores da zona urbana de Castanhal, com mais de 60 anos de idade ou mais portadores de doenças crônicas, com impossibilidade de locomoção até as Unidades de Saúde para atendimento, referenciadas pelos serviços de saúde no qual estejam cadastradas e que possuam suporte social e familiar.

Consiste em uma estratégia para a racionalização dos recursos com hospitalização de longa permanência, buscando oferecer atendimento especializado na própria residência do paciente, por isso é determinante que este possua suporte familiar. Ele possui uma equipe multidisciplinar (médico, enfermeiro, assistente social, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, entre outros). Tem como objetivos específicos manter a individualidade do idoso, respeitar sua memória física e afetiva, buscando sua

² Gestão de Hélio Leite (2009-2012)



autonomia; recuperar e/ou manter a sua capacidade funcional para as atividades de vida diária; criar ou aprimorar hábitos saudáveis; prestar orientações aos cuidadores³ do idoso sobre higiene, alimentação e outras, além de prestar serviço de atendimento mais humanizado e especializado de saúde.

Não há outros critérios além da avaliação da capacidade funcional dos idosos (que varia de três a cinco meses), que sirvam de base para as decisões sobre a continuidade ou não do tratamento. Não se considera a possibilidade de o idoso e seus cuidadores viverem em condições desfavoráveis, como por exemplo, ausência de estruturas social e/ou psicológica que podem, de acordo com nosso ponto de vista, influenciar negativamente nos resultados do tratamento. Também, não há propostas que viabilizem a manutenção das capacidades recuperadas, neste sentido é importante a formação da família para cuidar desse idoso, além de informá-la quais procedimentos devem ser tomados, é preciso que esta se conscientize da importância de segui-los corretamente para a recuperação das capacidades do paciente durante o tratamento e para sua manutenção ao término deste.

Assim, os dados fornecidos dão ideia de que este projeto possui um caráter (essencialmente) mercantilista e assistencialista, porque coloca como ponto central a redução dos gastos com hospitalização, em detrimento a recuperação e manutenção das capacidades físicas desses idosos que deveriam constituir seu foco principal.

No que se refere à Secretaria de Transportes do município, além de não desenvolver nenhum projeto para o segmento em questão, também não emite carteiras de passe livre para os idosos do município, segundo ela este serviço é desnecessário porque o documento de identidade pode ser utilizado (e já é) com a mesma finalidade da carteira de passe livre nos transportes municipais.

A Secretaria de Assistência Social, por sua vez desenvolve o Projeto Viver Bem que desenvolve diversas ações lúdico-culturais (dança, teatro, capoeira, esportes, ginástica, caminhada, relaxamento corporal e hidroginástica), programações culturais (carnaval, Baile dos anos Dourados, Baile de Salão, Festa Junina entre outros) e atividades sócio-pedagógicas (fórum, oficinas terapêuticas, inclusão digital, palestras). O projeto acontece de segunda a quinta-feira nos períodos matutino e vespertino, sendo que as sextas feiras acontecem reuniões, elaboração de relatórios, capacitação etc. e atende pessoas a partir de 50 anos e famílias moradores de 7 bairros de Castanhal. Quanto aos recursos humanos o projeto possui um Assistente Social, dois Pedagogos, uma professora de Educação Física, Psicólogo, Auxiliar de Serviços Gerais, Serventes e Agentes Administrativos. Sua capacidade de atendimento é 820 pessoas.

O projeto tem como objetivos desenvolver ações e serviços de acolhimento, convivência ao idoso, de forma articulada com as entidades que oferecem atendimento ao segmento, para tentar garantir que este exerça plenamente sua cidadania, promover discussões e reflexões sobre o envelhecimento e garantir a sustentabilidade das ações juntamente com as parcerias, promover integração entre as entidades que atuam na defesa da pessoa idosa no município, fortalecer os vínculos entre família e comunidade (estabelecimento da relação intergeracional).

Não conseguimos documentos do Projeto Corpo Saudável, pois a Secretaria de Desporto indiretamente se negou a nos fornecer tais documentos. O que conseguimos foi através de um folheto

³ Cuidador: pessoa, membro ou não da família que cuida do idoso dependente ou doente, com ou sem remuneração. Suas tarefas envolvem o acompanhamento das atividades diárias do idoso e seu auxílio na alimentação, higiene pessoal, medicação de rotina e outros serviços necessários, excluídos aqueles para os quais sejam requeridos técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas, particularmente na área da Enfermagem (Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, SP).



explicativo no local onde ele acontece, mas que oferecia poucas informações, assim como no site da prefeitura. Neste folheto está descrito que o projeto acontece na Praça Inácio Koury Gabriel (Bairro do Estrela) no horário de 18:00 às 19:00 horas. As atividades desenvolvidas são ginástica aeróbica e orientações sobre caminhada. O público não está especificado, o que nos leva a crer que os idosos também sejam beneficiados por ele. Sua equipe é composta por um professor de Educação Física, um médico, um enfermeiro e um auxiliar de serviços gerais. Tem como objetivos oferecer ginástica de baixo impacto e orientações sobre as práticas adequadas de corrida e caminhada, para proporcionar melhor qualidade de vida para a população e estreitar a relação entre a prefeitura e a população castanhalense, além de orientar sobre importância de bons hábitos alimentares.

Comparando os dois que desenvolvem atividades físico-esportivas para o segmento idoso ao verificarmos os objetivos de cada um, no que diz respeito às referidas atividades observamos que, no Viver Bem elas são classificadas como lúdico-culturais⁴ e têm como objetivo oferecer, de forma adaptada ao idoso, diversas atividades para melhorar a qualidade de vida desse grupo. Já no Corpo Saudável elas são classificadas como atividades físicas, conquanto apesar de não serem específicas ao idoso, almejam melhorar a qualidade de vida das pessoas, que é o mesmo descrito no Projeto Viver Bem.

Todavia, no projeto Corpo Saudável esses conteúdos estabelecem mais claramente uma relação de clientelismo, assistencialismo e utilitarismo entre prefeitura e população que é expressa no objetivo geral, o que não quer dizer que no Viver Bem esse tipo de relação não aconteça, em virtude não ter sido colocada em evidência como no primeiro. Apesar disso, de maneira bastante sutil quando propõem atividades “adaptadas” ao idoso, indiretamente afirmam que todos os idosos possuem limitações e por este motivo seriam “incapazes” de praticar das atividades que as demais faixas etárias praticam. Essa afirmação evidencia que no referido projeto o idoso é visto sob a perspectiva gerontológica a qual tende a restringir a velhice aos seus aspectos biológicos em detrimento aos demais que possuem a mesma importância (ALVES JUNIOR, 2007; SALGADO, 1980).

Este fato se constitui em uma contradição, já que um dos objetivos específicos do Viver Bem faz referência ao estabelecimento da intergeracionalidade na comunidade como forma de resgatar a cidadania deste, e promover sua integração com a sociedade. Conquanto, não há a participação da comunidade nas atividades físico-esportivas (denominadas no projeto de lúdico-culturais) juntamente com o idoso, é um aspecto relevante que pode ser aproveitado na busca pela promoção das relações intergeracionais, desde que esta seja utilizada nessa perspectiva, conforme Alves Júnior (2007), algo que não foi evidenciado no referido projeto. Isso nos leva a crer que na perspectiva documental o conceito de intergeracionalidade⁵ é tratado de forma inadequada.

No que diz respeito à existência de ações intersetoriais os projetos desenvolvidos pela prefeitura do município, não conseguimos percebê-la em nenhum momento. Embora as atividades desenvolvidas pelos projetos possuam o mesmo objetivo (de acordo com os documentos pesquisados) que é proporcionar melhorar a qualidade ao idoso, as ações desenvolvidas com esta finalidade acontecem separadamente. Acreditamos que essa falta de articulação pode contribuir para a ineficácia das ações direcionadas ao idoso no município. Um exemplo deste tipo de articulação poderia acontecer se os idosos do projeto

⁴ Nosso objetivo aqui não é discutir as concepções de Educação Física, nem tampouco seu objeto de estudo, é apenas citar a forma como eles são descritos nos projetos em questão.

⁵ Entendemos que a intergeracionalidade é a troca de experiências (integração) entre as diferentes gerações nos diversos âmbitos como: educacional, cultural, social etc.



SADI fossem encaminhados para o projeto Viver Bem ou para o projeto Corpo Saudável, para manterem as capacidades físicas.

Outro aspecto interessante é que o município de Castanhal possui onze secretarias (Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Licitação, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal da Indústria Comercio e Serviço, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Finanças, Saúde, Educação e Transporte) das quais, apenas duas (Saúde e Assistência Social) desenvolvem ações específicas para o segmento idoso. Estas ações, de acordo com nosso ponto de vista, além de serem poucas não conseguem atingir aos objetivos a que se propõem. A visão reducionista de envelhecimento presente nessas ações poderia ser uma das principais causas deste problema, conforme Corin (1982, 1985) *apud* Uchôa (2003):

Segundo Corin (1982, 1985), é a partir da idéia de perda (perdas de papéis sociais, perda de capacidades intelectuais) que se estruturaram os programas destinados aos idosos. A autora (1982, 1985) alerta também para a marginalização que uma definição tão negativa da velhice impõe aos idosos. Por esta razão, ela enfatiza que os estudos sobre o envelhecimento devem focalizar a articulação entre os parâmetros externos (ligados ao contexto sociocultural) e os parâmetros internos (ligados à vivência pessoal), bem como sua contribuição para construir uma relação individual com o envelhecimento. (UCHÔA, 2003, p.06).

Concordando com as considerações da autora, acreditamos que a maneira tradicional com que as secretarias do município percebem o idoso (de acordo com os documentos), que é sob a ótica dos aspectos biológicos (visão restrita e reducionista do envelhecimento), presente nos projetos Viver Bem e SADI, contribui para a ineficácia desses projetos. O último segue uma perspectiva mais restrita ainda, pois é uma estratégia de redução de gastos (visão mercantilista) e trata do envelhecimento como um caso de saúde pública. (ALVES JUNIOR, 2007; ARAÚJO, 2001; CORREIA, 2008; UCHÔA, 2003).

Por estas razões e, concordando que a política intersetorial propõe soluções aos problemas e situações complexas geradas pelo envelhecimento populacional brasileiro, porque o percebe em sua totalidade (complexidade), defendemos a tese de que a falta de articulação as secretarias e/ou órgãos que promovem ações ao segmento idoso, presente no município de Castanhal contribui para a ineficácia das políticas direcionadas ao segmento no referido município.

Diante das constatações que fizemos ao longo desta pesquisa e tomando como exemplo algumas secretarias de Castanhal, faremos sugestões de ações intersetoriais que podem ser feitas entre elas:

1. A Secretaria de Transporte, por exemplo, poderia oferecer serviços específicos ao idoso como: transporte exclusivo articulado com o desenvolvimento de programas de esporte e lazer, como o próprio Corpo Saudável. Poderia oferecer também instruções junto às empresas de ônibus, tanto no que diz respeito à melhoria da acessibilidade dos ônibus (altura dos degraus, número de assentos reservados, entre outros) quanto sobre a necessidade de estas promoverem a formação de seus condutores, para que estes reconheçam o idoso como cidadão de direitos (que já estão há anos declarados nas diversas leis que o amparam);



2. Na Secretaria de Obras ou de Infraestrutura⁶ deveria haver atenção especial na promoção da acessibilidade, planejando e construindo bancos, rampas e outros, como por exemplo, nas praças públicas, na perspectiva de contribuir com a qualidade de vida do idoso.
3. A Secretaria Municipal de Planejamento que atua no planejamento de projetos e ações do Poder Executivo Municipal (segundo informações do site da prefeitura), poderia também coordenar todas as ações desenvolvidas para o segmento idoso no município.
4. Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Serviço responsável por captar novas indústrias e empresas para o município (oferta diversos atrativos fiscais para empresas e indústrias que queiram se instalar no município) e pela capacitação da prestação de serviços entre outras coisas, por sua vez, reduziria os impostos das empresas e/ou indústrias que apoiassem projetos e/ou programas que desenvolvessem ações aos idosos do município.

Essas sugestões poderiam fazer toda a diferença, caso fossem implementadas nas políticas desenvolvidas ao segmento idoso do referido município, pois haveria maior possibilidade de elas (as ações políticas) alcançarem a eficácia e a eficiência, que como vimos, são elementos imprescindíveis que devem está presentes no âmbito das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre diferentes áreas e a abordagem de situações e problemas complexos de forma criativa, demandam mudanças e ações intersetoriais. No que se refere às questões relacionadas ao envelhecimento populacional brasileiro, estas também deveriam ser trabalhadas de forma integral. Nesse sentido, conforme Aguiar e Mota (2007) o desenvolvimento de políticas sociais deve pautar-se na compreensão do modelo biopsicossocial aplicado ao envelhecimento, pois ela ajuda no desenvolvimento de ações integrais para este segmento.

Assim, no desenvolvimento das políticas direcionadas ao idoso os órgãos setoriais de cada administração (secretarias de saúde, educação, ação social, transporte, turismo, esporte e lazer e quantas mais existirem), juntamente com as parcerias, poderiam se unir e planejar em conjunto todos os projetos a serem aplicados em cada localidade, para que sejam encontradas as saídas necessárias para as múltiplas necessidades de mudanças que surgem junto com esse fenômeno.

No que diz respeito às ações destinadas ao segmento idoso no município de Castanhal, consideramos que além de serem insuficientes em virtude da quantidade de secretarias existentes no município, que não desenvolvem ações específicas ao referido segmento, tratam do envelhecimento essencialmente sob seus aspectos biológicos. Em vista disso, as ações oferecidas não contemplam todas as necessidades do idoso, objetivam apenas amenizar as perdas físicas que podem ocorrer durante o processo de envelhecimento. Nesse caso os conteúdos da Educação Física são instrumentos utilizados com este intuito, portanto ela é usada de forma assistencialista, que de acordo com Correia (2008) seguem a concepção reducionista e discriminatória presente na maioria dos projetos sociais desenvolvidos na área. Ou para reduzir os gastos públicos com o referido segmento, como é o caso do SADI.

Quanto à existência da articulação intersetorial, não conseguimos encontrar nos documentos qualquer indício de sua existência, conseqüentemente as ações da prefeitura de Castanhal direcionadas para o idoso, acontecem de maneira desarticulada. Acreditamos que esta forma tradicional de desenvolver

⁶ No site da prefeitura não está descrito quais as funções de cada uma, por isso não sabemos quem responde pelos logradouros públicos (planejamento e construção de rampas, bancos e outros).



políticas públicas voltadas para os segmentos populacionais, não se mostra tão eficaz quanto poderia ser se houvesse um cunho intersetorial.

Defendemos que a compreensão da Educação Física e seus conteúdos, enquanto um dos elementos que podem proporcionar melhorias na vida do idoso é imprescindível para que sejam propostas ações intersetoriais (mais eficazes e eficientes). Portanto, para que haja este entendimento é preciso que mais estudos sobre este tema sejam realizados no curso de Educação Física e nas diversas áreas de estudo dos cursos nas Universidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L.B; MOTTA, A.C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. Rev. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, vol.12, nº 2, p. 1-22, mar 2007.

ALVES JUNIOR, E.D. Educação intergeracional: privilegiar o lazer para possibilitar o diálogo cultural entre as gerações. In: Jogar, brincar, viver Programa de Esporte e Lazer da Cidade. Vol. I Org. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira e Nelson Carvalho Marcellino. Ministério do Esporte, 2007, p.41-54.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARAÚJO, E.T. **Estão “assassinando” o marketing social? Uma reflexão a aplicabilidade desse conceito no Brasil**.2001. Disponível em: <http://www.ucb/comsocial/mba/Estao-assassinando_o_MKT_Social.pdf >.2001. Acesso em: 2º/09/2009.

BENEDETTI et al. **Uma proposta de política pública de atividade física para idosos**. Rev. Texto & Contexto – Enfermagem. Florianópolis, vol.16, nº3, p.25-37, jul/set 2007.

BRASIL. Lei No 10.741, de 01 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 18/08/2009.

BRASIL. Lei No 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8842.htm>. Acesso em: 18/08/2009.

CARVALHO, J. A; WONG, L.R. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas Rev. bras. estud. popul. São Paulo, vol.23 nº1, p. 1-22, jan./jun 2006.

CORREIA, Marcos Miranda: **Projetos sociais Educação Física, Esporte e Lazer: Reflexões preliminares para uma gestão social**. Rev.Bras.Cienc. Esporte. Campinas, vol.29, nº 3, p.91-105, maio 2008.

FUNDAÇÃO IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: síntese de indicadores 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/default.htm>. Acesso em: 11/08/2009.

INOJOSA, R. M. **Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. Revista de Administração Pública — RAP, Rio de Janeiro, vol.32, nº 2, p.35-48, mar./abr. 1998.

_____. Movimento Municípios Saudáveis: aspectos legais relacionados à operacionalização e implementação do planejamento intersetorial. In: Seminário Nacional Movimentos Saudáveis: Aspectos Conceituais, Legais e Operacionais. *Anais...* São Paulo, Faculdade de Saúde Pública/USP, 1999.

_____. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade**. Rev. Cadernos FUNDAP, São Paulo, vol.1, nº22, p. 102-110, junho 2001.

LOPES, B.L; SANTOS, P.M. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL (PA)**. Trabalho de Conclusão de Curso_ curso de Educação Física. 46 f. UFPA, Castanhal, 2009.

MENDES, R. WESTPHAL, M.F. **Cidade Saudável: uma experiência de Interdisciplinaridade e intersetorialidade**. Revista de Administração Pública – RAP – Rio de Janeiro, vol. 34, nº6, p. 47-61, nov./dez. 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Portaria No 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a política nacional de saúde da pessoa idosa. Disponível em: <http://www.ciape.org.br/PoliticaIdosa2528.pdf>. Acesso em: 18/08/2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Portaria No 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o pacto pela saúde 2006. Disponível <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>. Acesso em: 18/08/2009.

PREFEITURA DE CASTANHAL, www.castanhal.pa.gov.br. Acessado em 06/10/2009.

SALGADO, M.A. Velhice uma nova questão social. São Paulo, SESC-CETI, 1980.

TAVARES, S. Avaliação de projetos sócio-esportivos. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer e inclusão social. Rio de Janeiro: Shape, 2006, p.2000-2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS-SP. Disponível em: www.campinas.sp.gov.br/saude/programas/protocolos/man_cuid_idosos/cuidador.htm. Acessado em: 20/11/2009.

UCHÔA, E. **Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso**. Rev. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol.19, nº 3, p.1-10, junho 2003.



VERAS, R. **Fórum Envelhecimento Populacional e as informações sobre saúde no PNAD: demandas e desafios contemporâneos.** Rev. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol.23, nº 10, p. 22-44, out 2007.

Bruna Oliveira Lopes

Endereço Avenida Barão do Branco s/n Bairro Centro Castanhal (PA)

Email: bubu.lopes@hotmail.com

Patrícia Menezes dos Santos

Endereço Rua Ethelbergue Ribeiro nº 238 Bairro Cristo Redentor São Francisco do Pará (PA)

Email: patricia.edf2006@hotmail.com

Recurso tecnológico necessário: Power point